

Bancos emprestam mais US\$ 875 milhões

Heitor Tepedino

Nova Iorque — A terceira parcela do jumbo de US\$ 6,5 bilhões contratado pelo Brasil junto aos bancos privados internacionais, no valor de US\$875 milhões foi liberada, ontem, a crédito do Banco Central, segundo anunciou o coordenador do comitê da dívida externa brasileira, William Rhodes, vice-presidente do Citibank, informando que os recursos foram liberados pelo Morgan Guarantee Trust Corporation. Por outro lado, a confrontação da Argentina com o FMI em rejeitar o programa oferecido por aquele órgão vem tendo ampla repercussão na imprensa americana, mostrando que as ações dos bancos americanos estão em queda nas bolsas de valores em virtude da desconfiança em seus lucros.

Em nota distribuída em seu gabinete em Nova Iorque, Rhodes declarou que o Brasil vem mantendo-se próximo de todas as metas previstas junto à comunidade financeira e o Fundo Monetário Internacional, salientando que, a seu ver, a economia brasileira mostra-se com excelentes progressos de reajustamento. O coordenador da dívida externa brasileira previu que a continuidade dos bons resultados da economia do Brasil irá facilitar as futuras negociações com os banqueiros para novos empréstimos, como está ocorrendo com o México, na contratação de novo "pacote" econômico com a comunidade financeira internacional.

A nota acrescenta que o presidente do Banco Central do Brasil, Affonso Pastore, espera iniciar as conversações com a comunidade financeira sobre as necessidades de recursos do Brasil para os próximos anos a partir do próximo outono, isto é, em setembro.

Argentina

Já em Washington, a embaixada argentina informou ao **Jornal de Brasília** que o governo daquele país agora está aguardando o pronunciamento do FMI sobre a carta de intenções por eles elaborada.

Em Nova Iorque, The Wall Street Journal afirma que, pela segunda vez consecutiva, este ano, os problemas da dívida externa da Argentina irão prejudicar os lucros dos bancos. Primeiro, no balanço do primeiro trimestre, agora, neste segundo

trimestre. O jornal ressalta que os banqueiros estão preocupados. Enfatiza que caso os bancos americanos tenham de efetuar depósitos de segurança de 10 por cento sobre os seus empréstimos para a Argentina, somado com o não recebimento dos juros daquela dívida, tal fato irá provocar perdas de lucros neste ano de 43 por cento para o Manufactures Hannover, de 23 por cento para o Chase Manhattan Bank, de 17 por cento para o Bank of America e de 13 por cento para o Citibank.

Alguns desses bancos, contudo, contestam esses números, afirmando que estão muito elevados, acreditando que serão bem inferiores.

The Wall Street Journal mostra, na prática, como as ações desses bancos vêm caindo na Bolsa de Valores de Nova Iorque, em virtude das desconfianças dos investidores no desfecho desta crise com o governo argentino.

Do seu lado, o secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, mostra-se cauteloso nas suas declarações sobre o impasse criado com o FMI pelo governo Alfonsín, preferindo dizer que nada tem a declarar até o dia 30 de junho, data em que a Argentina teria de cumprir com os seus compromissos sem cair em **default**, isto é, ser considerada inadimplente.

A imprensa americana está dando ampla cobertura à inusitada atitude do governo argentino, de não aceitar o programa do FMI e apresentar um programa elaborado pelos técnicos do próprio país. Para o governo americano, esta crise do sistema bancário internacional com o governo argentino vem numa hora imprópria, frente aos problemas existentes de confiabilidade dos investidores nos bancos americanos, agravado após o Continental Illinois, de Chicago, ter sido socorrido com bilhões de dólares para que não entrasse em falência.

A confrontação da Argentina com o FMI sobre a eficácia do programa de austeridade econômica elaborado por aquele órgão encontra muitos adeptos entre os analistas americanos, que duvidam da eficácia dos remédios diagnosticados pelos economistas **efimínianos** para o reequilíbrio das finanças dos apíses em desenvolvimento, principalmente pelos duros efeitos sobre as populações, do lado inflacionário e de achatamento de salários.